

“COP28 deve ser a COP da credibilidade climática”, afirma WWF

30 de Novembro, 2023

A **COP28** arranca esta quinta-feira, 30 de novembro, e reúne os líderes mundiais de forma a garantir os compromissos e financiamentos alinhados com a urgência da crise climática, entre eles o limite do aquecimento global de 1,5°C e o fim dos combustíveis fósseis, como pede a organização **WWF**.

“É fundamental que os países reconheçam que a crise climática e a crise da biodiversidade estão ligadas. Os sistemas naturais estão a ser levados para além dos seus limites, e com eles o bem-estar das pessoas, pelo que a descarbonização e a recuperação da natureza devem acontecer em paralelo. A COP28 deve ser a COP da credibilidade climática. Não nos podemos dar ao luxo de ter outra cimeira em que a ambição e a ação não sejam reforçadas. Mesmo que as decisões não sejam tão céleres quanto gostaríamos, as COP têm o potencial de fazer a diferença. Quanto mais cedo e de forma mais decisiva agirmos, mais cedo as pessoas e a natureza poderão colher os benefícios de um futuro mais limpo, mais seguro e mais estável”, afirma **Ângela Morgado, diretora executiva da ANP|WWF**.

Entre os resultados esperados pela ONG para esta edição da cimeira, destacam-se a eliminação progressiva de todos os combustíveis fósseis o mais tardar em 2050, com os países desenvolvidos a alcançarem-no mais cedo, a plena operacionalização do Fundo de Perdas e Danos, pois o aquecimento progressivo do planeta traz impactos que ultrapassam os limites da adaptação e resultam em perdas e danos, especialmente para as pessoas e a natureza nos países mais vulneráveis, a maioria dos quais pouco contribuiu para causar o problema, e o aumento do financiamento público pelos países desenvolvidos para mais de 100 mil milhões de dólares por ano, em conformidade com as necessidades dos países em desenvolvimento.

É ainda necessário alinhar todos os fluxos financeiros privados e públicos com os objetivos climáticos, bem como eliminar o financiamento aos combustíveis fósseis e aumentar o financiamento das renováveis.

Sobre o impacto das decisões da COP28 no nosso país, Ângela Morgado acredita que “os compromissos da COP28 devem refletir-se na legislação nacional portuguesa e ser acompanhados por um planeamento e uma implementação adequados e transversais, com o envolvimento de todos os ministérios. Ou seja, as metas não têm significado se não forem apoiadas por políticas nacionais transformadoras. O governo precisa de implementar ações concretas para mitigar as emissões, promover uma transição para as renováveis que não comprometa os valores da biodiversidade, e transformar os nossos sistemas alimentares para que sejam efetivamente menos impactantes para o planeta”.